



# MATOPIBA

## destrói a natureza e seus povos

**A**o invés de progresso, o Matopiba causa graves impactos sociais e acentua ainda mais a destruição do Cerrado, causando o agravamento da pobreza e o abandono forçado dos territórios.

Os povos indígenas e as comunidades tradicionais têm uma relação de profundo respeito pela natureza, da qual dependem para a própria sobrevivência. O atual modelo de “desenvolvimento” fundamentado na exploração ilimitada dos bens comuns evidencia que estamos nos condenando à destruição.

Para os representantes do agronegócio, no entanto, os povos tradicionais significam obstáculos a este “desenvolvimento”. Por isso, para eles, estas populações precisam ser expulsas ou eliminadas.

Instituído pelo Decreto Presidencial nº 8.447, de maio de 2015, o Plano de Desenvolvimento Agrícola (PDA) Matopiba é considerado a última fronteira agrícola do Brasil. Mesmo que a maior parte da população brasileira nunca tenha ouvido falar deste mega projeto que pretende intensificar a exploração agropecuária para exportação, ele vem sendo implementado há décadas no país com denominações diferentes, como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) I, II, III e os projetos Campos Lindos e Formoso, dentre outros.

O Matopiba está sendo implantado em uma região que abrange três biomas (Amazônia, Caatinga e, principalmente, Cerrado) de quatro estados brasileiros (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – as iniciais destes estados deram nome ao plano).

Compreendendo a área de 337 municípios e 31 microrregiões, este Plano de Desenvolvimento Agrário ocupa um total de 73 milhões de hectares, que abriga uma população de 25 milhões de habitantes. O principal critério para a sua delimitação territorial



**O desenvolvimentismo desenfreado destrói as matas e contamina a terra e os rios, visando a exploração máxima dos recursos naturais e interferindo severamente no Bem Viver dos povos da região**

foram as áreas de Cerrado existentes nos quatro estados. Do total do território destinado ao Matopiba, o Maranhão ocupa 32,77%, com 23,9 milhões de hectares, em 135 municípios; o Tocantins 37,95% da área, com 27,7 milhões de hectares e 139 municípios; o Piauí 11,21%, com 8,2 milhões de hectares e 33 municípios; e a Bahia ocupa 18,06% da área, com 13,2 milhões de hectares e 30 municípios.

Também estão dentro da região de abrangência do Matopiba 28 terras indígenas, 42 unidades de conservação ambiental, 865 assentamentos rurais e 34 territórios quilombolas. Nestes dados não estão contabilizados os territórios dos povos indígenas e quilombolas que estão em processo de reconhecimento, delimitação, demarcação ou titulação.

A fronteira agrícola do Matopiba representa, claramente, a definição de uma área para a expansão das atividades agropecuárias sobre o meio natural. Geralmente, são nestas zonas que se registram aumentos dos índices de desmatamento ilegal e de conflitos envolvendo a posse e o uso da terra. Desse modo, as disputas e as violações de direitos na região desta nova fronteira agrícola serão cada vez maiores, uma vez que o avanço da produção agrícola, além de agredir severamente a natureza, não respeita os diversos modos de vida nem a autonomia das populações tradicionais. A implantação do Matopiba é emblemática de uma lógica de “desenvolvimento” em que os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres e dependentes.

China, Arábia Saudita, Índia e Emirados Árabes, dentre outros países, já manifestaram interesse em investir no Matopiba, especialmente pelo fato de que a crise mundial da água tem dificultado a produção agrícola em determinadas regiões do mundo. Em fevereiro deste ano, durante o evento “Diálogo Brasil-Japão – Intercâmbio Econômico e Comercial em Agricultura e Alimentos”, realizado em Palmas (TO), o Japão, com uma delegação de cerca de 70 empresários e autoridades do governo, assinou um acordo de cooperação que permitirá investimentos na região de Matopiba.

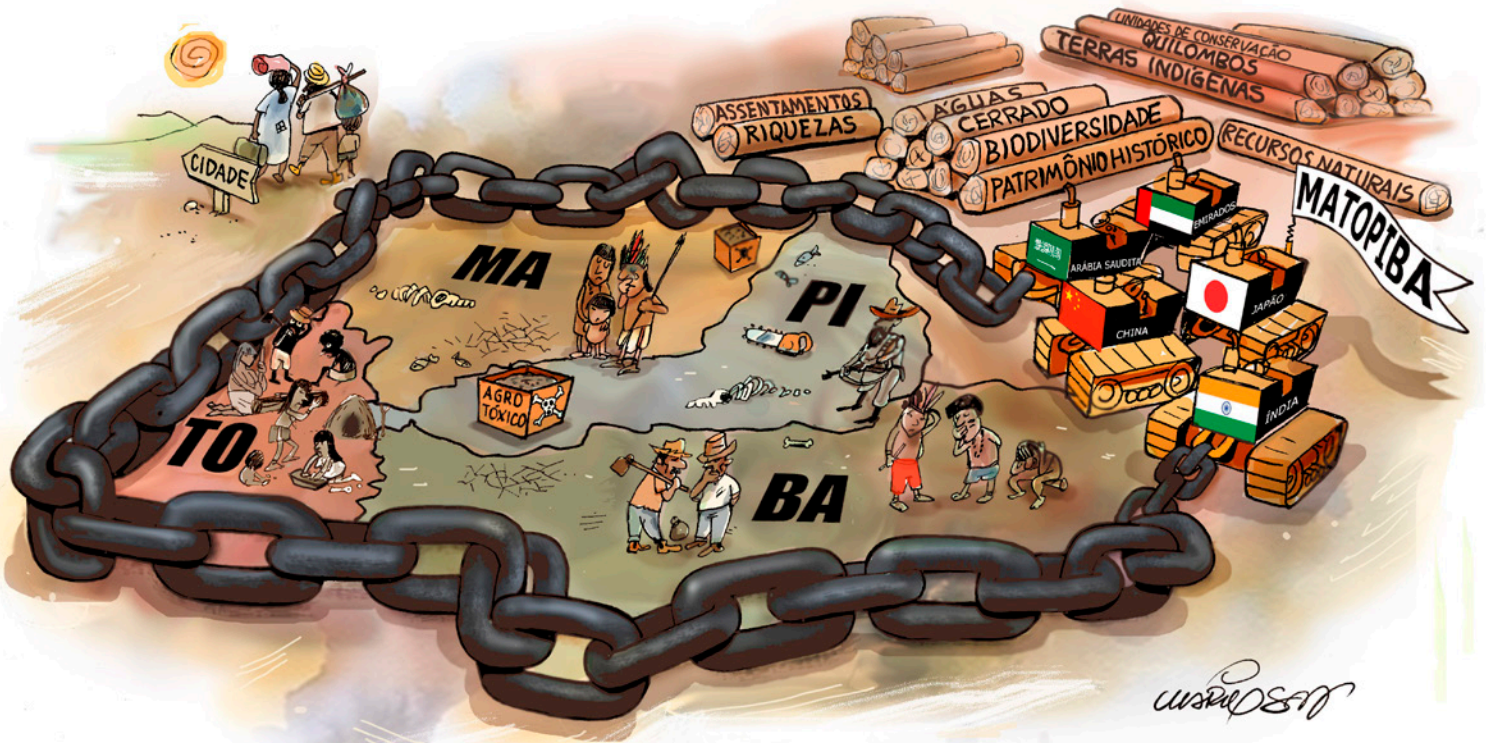
## Cerrado: o bioma mais ameaçado pelo agronegócio

A destruição da Amazônia é debatida e problematizada no mundo todo. No entanto, o bioma mais ameaçado pela expansão do agronegócio no país, atualmente, é o Cerrado. Segundo os dados do Relatório “Análise Geoespacial da Dinâmica das Culturas Anuais no Bioma Cerrado”, o desmatamento cresceu 61,6% entre 2000 e 2014.

De toda a área delimitada para o Matopiba, 91% dela está no Cerrado, 7,2% na Amazônia e 1,64% na Caatinga. Desse modo, os povos do Cerrado são os principais prejudicados por este projeto de expansão do agronegócio e de sua, conseqüente, degradação ambiental.

Os povos indígenas e as comunidades tradicionais têm uma relação de respeito com os seus territórios, dos quais dependem para garantir a própria sobrevivência. No entanto, o desenvolvimentismo tem outros princípios e, ao primar pelo máximo de lucratividade, visando a produção e exportação cada vez maior de grãos e carnes e a exploração desmedida dos recursos naturais, seu desenfreado avanço destrói as matas e contamina a terra e os rios, interferindo severamente no Bem Viver destes povos.

O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil, abrangendo 13 estados em uma área de cerca de 200 milhões de hectares. Localizado na região central do país, faz limites com a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica, a Caatinga e o Pantanal. Considerado o “berço das águas” brasileiro, o Cerrado abastece três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Araguaia-Tocantins, São Francisco e Paraná); e alimenta três dos maiores aquíferos do mundo (Guarani, Bambuí e Urucuia). Milhares de veredas, nascentes e cabeceiras que abastecem grandes rios, como São Francisco, Parnaíba, Manuel Alves, Tocantins, Araguaia e Rio das Mortes, já estão sendo destruídas pelos desmatamentos, agrotóxicos e pela erosão, com graves conseqüências para as populações do campo e as urbanas. O Matopiba intensificará drasticamente esta degradação, agravando ainda mais os atuais problemas hídricos na região.



No norte do Tocantins, por exemplo, as plantações de eucaliptos e carvoarias expulsam os pequenos trabalhadores rurais e impactam a Terra Indígena Apinajé, localizada nos municípios de Tocantinópolis, Nazaré, São Bento do Tocantins e Cachoeirinha. Nos últimos dez anos é perceptível a diminuição gradativa do volume das águas das nascentes que ficam dentro e nas vizinhanças desta terra indígena. Este impacto do agronegócio está ocorrendo em várias regiões do Brasil.

Nesta área, os pequenos criadores de gado afirmam que 2014 e 2015 foram os anos mais quentes e secos da história, com alto índice de queimadas e falta de pastagens.

Depois da Mata Atlântica, o Cerrado é o bioma brasileiro que mais sofreu alterações com a ocupação humana, o avanço do agronegócio e o uso desordenado do solo. Evolutivamente, por este bioma ter mais de 45 milhões de anos, ele já chegou ao seu clímax e, uma vez degradado, não se recupera jamais na plenitude de sua biodiversidade.

Como mencionado, ao invés de progresso, o Matopiba causa severos impactos sociais e acentua ainda mais a destruição do meio ambiente e o desaparecimento dos pequenos rios e das nascentes; agrava a grilagem das terras e a violência física e psicológica contra as populações tradicionais; e intensifica as situações de trabalho escravo e as desigualdades sociais e econômicas, principalmente no campo. Este projeto também reforça o êxodo rural das pessoas do campo, forçando-as a mudarem-se para as cidades. Consequentemente, causando o agravamento da pobreza e o abandono forçado dos territórios.

Esta fronteira agrícola traz impactos ambientais negativos também pelo uso intensivo de tratores e dos correntões e pelo uso abusivo da pulverização aérea intensiva de agrotóxicos.

A realidade evidencia que o Matopiba acentuará ainda mais a violência e criminalização já existentes. No Maranhão, por exemplo, lideranças indígenas e quilombolas vivem constantemente ameaçadas. É comum jagunços e milícias, a mando de fazendeiros, madeireiros e políticos, serem pagos para efetuar os assassinatos.

Os povos indígenas e as comunidades tradicionais têm uma relação de profundo respeito pela natureza e consideram necessário ter moderação e equilíbrio na utilização dos bens naturais comuns, que são limitados. A atual escolha pela exploração sem medida e sem limites evidencia que estamos nos condenando à destruição.

Para os representantes do agronegócio, os povos e as comunidades do Cerrado significam obstáculos ao este “desenvolvimento”. Por isso, para eles, estas populações precisam ser expulsas ou eliminadas. Desse modo, o Matopiba, o maior projeto do agronegócio atualmente no Brasil, representa um perigo real de extinção dos modos de vida das comunidades tradicionais e dos povos originários. Por isso, é fundamental frear, resistir e combater o Matopiba.

## Riqueza: só para alguns

A enorme desigualdade social vem acentuando-se no Tocantins, onde mais de 172 mil famílias passam fome, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, de 2013, e 11,82% da população vive em extrema pobreza, de acordo com o Censo de 2010. Os estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) indicam que em toda a área do Matopiba há 200 mil produtores considerados muito pobres.

O Tocantins tem uma herança histórica de pobreza e injustiça social que exclui uma grande parte da população do acesso às condições mínimas de dignidade. É um estado de contrastes. De um lado, uma extrema pobreza, e de outro, uma minoria ficando milionária. Enquanto milhares de pessoas não têm o que colocar na panela para alimentar os filhos, o Tocantins é o terceiro maior produtor de arroz irrigado do país, com uma colheita de mais de 630 mil toneladas em 2015.

Os dados da Receita Federal indicam que o Tocantins é o estado brasileiro com a maior quantidade de pessoas que tornaram-se milionárias na última década, saltando de dez para 61 pessoas. Desse modo, o número de milionários tocantinenses cresceu 510% neste período. O Ministério

da Agricultura, Pecuária e Abastecimento prevê que a nova fronteira agrícola deve registrar um crescimento de 21,4% na produção de grãos até 2024.

Neste contexto ruralista e de extrema pobreza, tudo indica que um agravamento ainda maior da falta de alimentos será provocado pelo Matopiba. É evidente que este projeto não pretende reduzir a pobreza mas, sim, incrementar o capital, destruindo o meio ambiente e intensificando ainda mais a pobreza.

## A inconstitucionalidade de uma perigosa lei

No dia 12 de maio deste ano, o desembargador federal Daniel Paes Ribeiro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF) derrubou uma decisão da juíza Roseli Queiroz Batista Ribeiro da 1ª instância da Subseção de Araguaína que, a pedido do Ministério Público Federal, (MPF), havia solicitado a paralisação de atividades do agronegócio na região do Bico do Papagaio, situado no extremo norte do Tocantins.

A decisão da juíza foi fundamentada pelo desmatamento no entorno da Terra Indígena Apinajé, provocado pelo fazendeiro Eloísio Flávio Andrade, que conseguiu uma licença do Instituto Natureza do Tocantins (Naturantins) e desmatou uma importante área de nascentes próximas às aldeias São José, Prata, Cocal Grande e Bacabinha para o plantio de eucaliptos. Esta terra é reivindicada pelo povo Apinajé como território tradicional, pois ficou fora do processo demarcatório realizado em 1985, cuja revisão de limites foi instaurada em 1997.

Em março de 2016, a Justiça Federal publicou no Diário Oficial uma determinação para que o Naturantins se absteresse de outorgar licenças ambientais para propriedades localizadas a 10 Km do entorno da terra indígena. Solicitada pelo procurador da República Felipe Torres Vasconcelos, esta ação pretendia garantir que a comunidade indígena e a Funai fossem consultadas e pudessem se manifestar sobre os pedidos de licenciamentos ambientais que afetassem e colocassem em risco a sobrevivência e o modo de vida

dos indígenas. Desse modo, o território tradicional dos Apinajé teria uma espécie de faixa de proteção.

No entanto, o desembargador Daniel Ribeiro amparou sua decisão na Lei Estadual nº 2.713/2013, aprovada pela Assembleia Legislativa do Tocantins, que instituiu o Programa de Adequação Ambiental de Propriedade e Atividade Rural (TO Legal). Em seu artigo 10, esta lei dispensa o licenciamento ambiental das atividades agrossilvipastoris, que integram lavoura, pecuária e floresta.

A pedido do MPF-TO, o procurador-geral da República Rodrigo Janot ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5312) no Supremo Tribunal Federal (STF), argumentando que cabe somente à União legislar sobre normas gerais para proteção do meio ambiente. Na sua avaliação, portanto, esta lei é inconstitucional. O relator da ADI 5312 é o ministro Teori Zavascki.

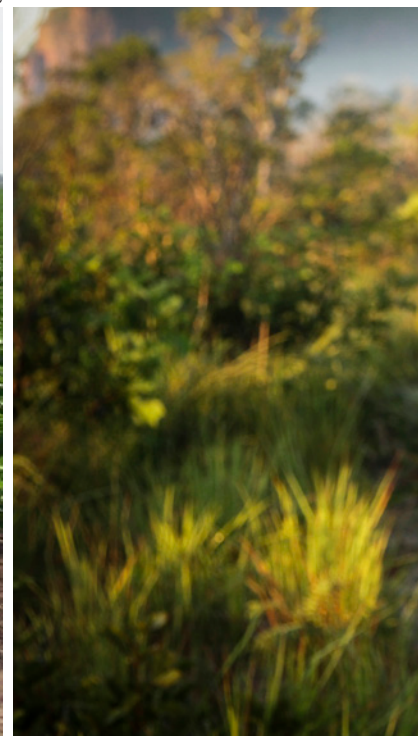
Não há limites para o agronegócio no Tocantins. No município da Lagoa da Confusão, fazendeiros, por conta própria e de modo clandestino, fizeram um canal no Rio Formoso para irrigar as suas lavouras, mesmo sabendo que essa ação configura crime ambiental. Outro fazendeiro colocou uma bomba no lago do Cocal, que fica próximo à aldeia Lankraré, do povo Krahô-Kanela, para puxar e levar água para suas plantações de arroz, soja e feijão, distante seis quilômetros da aldeia. Na terra reivindicada por este povo indígena, que está em processo de reconhecimento pela Funai, outro fazendeiro (mesmo ciente da reivindicação

***Os desmatamentos desordenados para o cultivo de monoculturas de exportação estão destruindo o Cerrado, acabando com a biodiversidade e afetando o modo de vida dos povos originários. Por isso, é fundamental frear, resistir e combater o Matopiba***

dos Krahô-Kanela) desmatou uma extensa área para plantar arroz e soja.

Desse modo, pode-se constatar que esta Lei 2.713/2013 tem sido um instrumento jurídico utilizado pelo agronegócio para acelerar e dar legalidade a crimes como o desmatamento e a exploração ilegal da água, a partir de métodos abusivos, de forma a expandir o agronegócio no estado a qualquer custo. Enquanto o STF não revogar esta lei, os fazendeiros do Matopiba continuarão a destruir a natureza da região.

Licurgo S. Botelho



## Lucro x Vida

A questão da terra, mais do que nunca, segue sendo o centro da disputa entre os grupos de poder político e econômico e as populações indígenas e tradicionais. No entanto, a terra tem diferentes sentidos para os envolvidos.

Para os proprietários das grandes empresas privadas e os representantes do agronegócio, a terra é uma mercadoria, um objeto de consumo, para a produção intensiva e, especialmente, lucro. Este modelo, portanto, fundamenta-se na concentração de terras e no acúmulo do capital e defende a lógica desenvolvimentista – até porque depende de seus grandes projetos de infraestrutura. Em nome do “progresso” e da justificativa de manter o Brasil como um dos campeões da exportação de *commodities*, os ruralistas garantem o aumento da sua própria riqueza.

Este modelo econômico alimenta e sacia a voracidade do mercado, que não se importa com as consequências sociais, culturais e ambientais dos seus métodos de produção e, desse modo, não se preocupa nem com as futuras gerações, nem com o futuro do planeta, que a cada ano fica mais doente e desequilibrado pela ação irracional e destruidora do agronegócio, dentre outros setores.

Para os povos indígenas e as populações tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos e outros grupos sociais que vivem da natureza, a concepção e a relação com a terra é radicalmente diferente.

Para os povos indígenas, a terra é sagrada. Ela é a Mãe, que gera, alimenta, nutre e acolhe seus filhos e filhas. É a morada de todos os seres existentes: pessoas, bichos, plantas, pedras, espíritos. Esta forma de existir é orientada para a preservação da vida, e só é possível a partir da defesa e do respeito à Mãe Terra.

É evidente, portanto, que trata-se de dois modelos, dois projetos de vida, antagônicos. Eles se contrapõem na sua essência, pois um grupo considera a terra como mercadoria e oportunidade de negócio e lucro, e o outro a percebe como a fonte geradora de toda a vida, que permite o Bem Viver para todos e todas.

Jorge Valente



## Um cenário de desertos e monoculturas

O modelo desenvolvimentista implementado e priorizado no Brasil traz graves consequências para os direitos dos povos indígenas e das populações mais vulneráveis. Um dos alicerces deste modelo é a exploração intensiva dos bens da natureza e a concentração da terra. Por isso, ao longo destes últimos anos, a legislação tem sido flexibilizada de modo a favorecer o capital privado e o agronegócio, facilitando o acesso às terras, às suas riquezas e à mercantilização dos bens comuns naturais.

Esta política de incentivo ao “desenvolvimento” econômico que prioriza setores historicamente privilegiados, como o agronegócio, é cúmplice da política anti-indigenista que vem sendo implementada há décadas com o objetivo de permitir o acesso e a exploração dos bens naturais das terras indígenas (que, atualmente, são de usufruto exclusivo dos povos indígenas). É evidente que o Matopiba intensifica ainda mais os impactos ambientais no Cerrado e as violações de direitos das populações tradicionais e dos povos indígenas que nele vivem. Trata-se, na realidade, de dar legitimidade e apoio a um projeto desenvolvimentista que está se expandindo há muitos anos nesta região do Tocantins.

Em decorrência deste processo, ao invés das florestas de árvores retorcidas do Cerrado, o cenário que mais se expande na região deste bioma são os extensos desertos verdes e as monoculturas de soja, cana-de-açúcar, eucalipto, seringa e, mais recentemente, de algodão.

A “defensora número 1” do Matopiba, a ex-ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Kátia Abreu afirma que este plano de desenvolvimento agrícola irá melhorar a qualidade de vida dos pequenos produtores, colocará os avanços da tecnologia à disposição da agropecuária e tirará milhões de pessoas que vivem na área de abrangência do projeto da linha de pobreza.

Além de não haver qualquer garantia de que o Matopiba irá ter impactos positivos na vida das populações mais vulneráveis, o que os defensores da última fronteira agrícola do Brasil não revelam é que serão justamente os povos indígenas, camponeses, assentados, ribeirinhos, quilombolas, pequenos produtores, e pobres das periferias das cidades que pagarão os reais custos sociais, ambientais, econômicos e culturais da implantação deste projeto.

Os mega projetos de geração de energia, infraestrutura, transporte, mineração e do agronegócio que vêm sendo implementados há décadas não são aleatórios. São empreendimentos planejados para dar suporte a um modelo de desenvolvimento econômico extremamente perverso e excludente.

O PDA Matopiba é, na realidade, um projeto velho com nome novo, que vem para assombrar de vez as populações originárias e tradicionais do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e acabar com o que ainda resta do Cerrado, além de impactar drasticamente também a Caatinga e a área de transição para Amazônia.

Como diz a sábia dona Isabel Xerente: “esse Matopiba, não é outra coisa que o ‘matoíndio’, ‘matopobre’, ‘matotudo’. E, por isso, nós vamos lutar contra ele. O que nós queremos é viver em paz, viver sossegados, tranquilos na nossa terra que *Waptokwa zawre* (que significa Deus) nos deu”.

## Resistência: a secular solução

Apesar das alegações de que o PDA Matopiba irá tirar muita gente da linha de pobreza, que produzirá alimentos e beneficiará a população, os povos indígenas, as populações tradicionais, os camponeses e os movimentos e pastorais sociais sabem que isso é uma falácia.

Estes atores vêm resistindo há décadas a estes mega projetos de “desenvolvimento” que avançam sobre o Cerrado, nas áreas de infraestrutura (hidrovia, ferrovia, pontes e asfaltamento de estradas); geração de energia (somente no Rio Tocantins são onze usinas hidrelétricas, além das planejadas para os rios Araguaia, Sono e Perdida, entre outros); e de monoculturas (principalmente soja, arroz, eucalipto, melancia e seringa). Desde 2015 diversas organizações já denunciam o Matopiba como um novo projeto do arcaico modelo destruidor dos bens da natureza e dos povos, disfarçado de sustentável e ecológico, porém, promotor da mercantilização da natureza, da exploração das pessoas e da degradação do meio ambiente.

Como fazem há 516 anos, mesmo diante das condições mais adversas, os povos indígenas vão continuar resistindo. Suas culturas e espiritualidades os mantêm firmes na defesa da Mãe Terra. E ela, por sua vez, alimenta a força destes povos na defesa dos seus direitos e territórios. Essa teimosa resistência é a forma mais eficaz de colocar um limite a este modelo, que tem como principal finalidade a acumulação de capital, possível, especialmente, através da exploração irrestrita da natureza e da expulsão dos povos dos seus territórios tradicionais.

A resistência dos povos indígenas explícita, assim, que eles não aceitam a invasão de suas terras, o desrespeito às suas culturas e a destruição de seus projetos de vida. Apesar da secular opressão, eles continuam vivos e firmes na missão de cuidar da Mãe Terra e de seus filhos e filhas, para garantir às atuais e novas gerações acesso aos recursos naturais necessários para uma vida digna.



Laila Menezes



Laila Menezes

## Não ao Matopiba!

“O Matopiba não pretende apoiar nem atender os interesses dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, dos pequenos trabalhadores rurais e dos camponeses. Estas populações estão excluídas deste projeto, que agride e violenta a liberdade, os modos de vida e a dignidade dos povos do Cerrado.

O meio ambiente, a fauna e a flora do Cerrado são tratados somente como objetos de exploração. Sequer dizem que vão realizar os Estudos e Relatórios de Impactos Ambiental (EIA/Rima), procedimentos previstos em Lei. Muitas espécies da fauna estão sendo extintas pelo desmatamento desse bioma. O Programa Matopiba também está provocando e agravando conflitos no campo e nas cidades.

Os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia já sofrem com analfabetismo, doenças, trabalho escravo, falta de água e alimentos, e o Matopiba vai piorar ainda mais essa situação. O governo brasileiro deve ser diretamente responsabilizado por essas violações de Direitos Humanos. De forma vergonhosa, os governos ignoram esses fatos e teimam em alienar (leia se arrendar) essa região do Matopiba para as grandes empresas japonesas, chinesas e europeias investirem em grandes projetos agrícolas.

Os Direitos Humanos das populações que aqui vivem também estão sendo vendidos, já que sequer somos consultados ou considerados. Pelo contrário, somos tratados como atrasados e acusados de impedir o desenvolvimento do Brasil. Entretanto, não explicam por que estão destruindo o meio ambiente, expulsando as populações originárias, provocando conflitos violentos no campo e agravando a situação de vulnerabilidade social das populações locais. O agravamento da fome, da sede e do êxodo rural já são consequências diretas do Matopiba. Enfim, estamos de olho e não vamos ficar calados diante de tantas ameaças contra nossos direitos”.

**Antônio Veríssimo Apinajé,**  
liderança indígena do estado do Tocantins

Cimi Regional  
Goiás/Tocantins

Texto: Laudovina Pereira  
e Sara Sánchez

[www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)

@CimiNacional

Conselho Indigenista Missionário Cimi

Organismo vinculado à CNBB



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO